PS e PC na festa do MPLA

"É uma visita de amizade enquadrada no âmbito das boas relações existentes entre os dois partidos" — declarou ontem à ANOP, ao partir para Luanda, o ministro dos Transportes e Comunicações, Rui Vilar, o qual (acompanhado de Pedro Coelho, secretário de Estado das Pescas) participará em representação do PS nas celebrações do 20o. aniversário do MPLA.

Também o PC estará representado nas festas do partido governamental angolano.

Novo adido militar na Roménia

Chegou a Buraceste o novo adido militar da Embaixada de Portugal na Roménia, tenente-coronel Fernando Belico Velasco.

O tenente-coronel Velasco, que substitui naquele cargo o brigadeiro Hugo dos Santos, actual comandante da Região Militar do Centro, não entrará ainda em funções, apesar de já lhe ter sido concedido o necessário "agréement", destinando-se esta sua deslocação a estabelecer contactos com entidades oficiais romenas.

Entretanto, encontram-se naquele país três conselheiros da Revolução (Franco Charais, Ribeiro Cardoso e Vítor Crespo), cuja visita está a ser coberta por um enviado especial da agência ANOP.

Medeiros Ferreira preside a reunião da NATO

O ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. José Medeiros Ferreira, participará em Bruxelas na reunião do Conselho Ministerial da NATO.

Da delegação portuguesa, chefiada por Medeiros Ferreira, fazem parte o adjunto do director-geral dos negócios políticos do MNE, dr. Fortunato de Almeida, o chefe de secção do Pacto do Atlântico, dr. Eduardo Nuno Nunes de Carvalho, e pelo adjunto do gabinete do ministro, dr. Carlos Neves Ferreira.

Cabe este ano a Portugal a presidência do Conselho da NATO a nível ministerial, pelo que o ministro dos Negócios Estrangeiros português fará a intervenção inicial, aquando da abertura dos trabalhos da reunião.

P.S. mais uma suspensão

Uma convocatória para uma reunião — que teria decorrido, no passado sábado, na Faculdade de Ciências de Lisboa — promovida por sectores "obreiristas" do PS teria estado na origem da suspensão daquele partido da militante e elemento da Juventude Socialista, Maria da Paz Lima, que é também presidente do sindicato dos trabalhadores na Imprensa.

Ao que parece, a reunião teria como objectivo precisamente protestar contra as suspensões de militantes que têm vindo a verificar-se no Partido Socialista, desde a realização do último Congresso, conforme temos vindo a noticiar.

A reunião visaria ainda manifestar apoio ao ex-ministro Lopes Cardoso.

Grave crise de desrespeito pelos tribunais alcança todo o país e em particular o Alentejo

— *Alerta o Bastonário da Ordem dos Advogados*

Na sede da Ordem dos Advogados, em Lisboa, prosseguiu, ontem à noite, o ciclo de sessões sob o tema "Organização Judiciária e Adocacia".

Como interveniente principal esteve o dr. Menéres Pimentel, representante do PPD/PSD.

A anteceder a exposição do dr. Menéres Pimentel, o dr. Mário Raposo, Bastonário daquela Ordem, a propósito da importância do tema em debate, proferiu considerações oportunas.

"Acreditar no papel determinante dos partidos políticos não é fazer política. É acreditar na democracia. (...) A democracia morre no espírito e no comportamento daqueles que se empenham em aniquilar qualquer corrente democrática situe-se ela à direita ou à esquerda. O ser da esquerda ou da direita (...) nunca será causa de discriminações, de complexos de superioridade e de destruição, de restrições ao diálogo" — diria, a certo passo.

Sublinhando que não avançaria posições sobre o tema, adiantou, no entanto, que "para além da problemática que vier a ser proposta, a actividade judiciária, fundamentalmente protagonizada pelas magistrados e pelos advogados, só cumprirá os seus objectivos numa comunidade aberta e desbloqueada, assente na autoridade legítima e no claro respeito pela ordem jurídica e pelos tribunais. Ora, isso não está a acontecer em Portugal".

Fundamentando e justificando as suas afirmações, o bastonário, Mário Raposo acentuou: "Certas decisões judiciais, e todas deveriam ser obrigatórias, encontram no álibi das sequelas revolucionárias uma inobservância consentida, um absentismo que é já quase de rotina, uma farisaica indiferença das entidades que as deveriam cumprir ou fazer cumprir. Os tribunais, que apenas deveriam estar sujeitos à lei, são demasiadas vezes atirados para o terreiro das censuras sectárias, da opinião pública manipulada ou massificada, dos sobranceiros reparos de personagens públicas que não se sentem adstritas a um estatuto de responsabilidade e ao elementar controlo do próprio bom-senso.

Esta conjuntura, que é de grave crise, alcança todo o País. Mas atinge, evidentemente, uma intensidade paroxística naquelas regiões que ainda se não emanciparam da dominação **real** de poderes sobrepostos ao poder legítimo. É o que acontece no Alentejo, terra tão portuguesa e de tão bons portugueses, que continua amputado da comunidade nacional. O absurdo pretexto de uma **Reforma Agrária** que apenas serviu para simplificadamente inverter a posse das terras e subverter as mais imprescindíveis regras democráticas instalou aí o ódio, o terror, a agitação, a desobediência à autoridade — e a hegemonia até agora não enfrentada de uma minoria totalitária".

As eleições para as autarquias

Sousa Franco (PSD) esclareceu:

"FEPU é a caraça do PC"

"Concorrer com uma caraça não é a melhor maneira de esclarecer quem vai votar" — afirmou o dr. Sousa Franco a propósito da FEPU — numa sessão de esclarecimento do PSD, presenciada por escassas dezenas de pessoas, no Clube Rio de Janeiro, em Lisboa.

No decorrer da sua intervenção o dr. Sousa Franco salientou a importância das eleições para as autarquias locais e criticou o "partido do Governo" pela indefinição dos critérios de financiamento dos órgãos de poder local. Noutro passo do seu esclarecimento, Sousa Franco alertou os simpatizantes do PSD para o facto de a FEPU ser apenas "um disfarce" do PC e apelou no sentido dos cidadãos votarem em consciência, depois de devidamente esclarecidos, recusando o "comodismo", participando activamente no próximo acto eleitoral. Sousa Franco denunciou a ausência de esclarecimento efectivo do eleitorado, facto que imputou à dependência dos meios de Comunicação Social ao "partido do Governo".

Finalmente, o vice-presidente do PSD reforçou a importância do voto consciente, ao aludir à circunstância do "partido do Governo pretender que estas eleições sejam um sufrágio sobre a sua capacidade governativa", a qual frisou "nós não consideramos eficaz".

Participaram na ainda na sessão António Rebelo de Sousa, que fez referências à situação económica do País, e Miguel Horta e Costa, um dos candidatos à junta da freguesia da Encarnação, que defendeu a descentralização administrativa.

O Governo é incapaz de criar um clima de confiança

— *acentua o CDS*

a propósito do pagamento do 13.º mês em títulos do Tesouro

"Incapaz de criar um clima de confiança que leve os portugueses, a realizar uma poupança voluntária capaz de ser orientada para investimentos reprodutivos; incapaz de sanar os défices enormes que se acumulam em empresas nacionalizadas; incapaz de reduzir os consumos públicos — o Governo pretende deitar a mão aos bolsos dos cidadãos, não só através de uma carga fiscal cada vez mais pesada e injusta, como através da compra obrigatória de títulos de tesouro, para fazer face aos graves desequilíbrios do orçamento geral do Estado", afirma-se num comunicado do CDS, ontem distribuído, em que se trata do problema do pagamento do 13o. mês em títulos do Tesouro. Este assunto, que foi já motivo de comentários por parte dos outros partidos, mereceu dos centristas mais as seguintes opiniões:

"Por outro lado, o Governo ainda não apresentou um plano global e coerente que permita explicar, com a suficiente e necessária clareza, o significado do empréstimo forçado que deseja emitir. Mais, o Governo apresenta uma curiosa teoria; por um lado pretende retirar, agora, 3 milhões de contos da circulação; por outro, tenciona aumentar o funcionalismo público e o pessoal militar, com encargos anuais da ordem dos 6 milhões de contos. Sem pôr em causa a justiça relativa destes aumentos, o certo é que não parece fácil explicar porque é que o Governo quer tirar de um lado e dar por outro. Para quê tanto trabalho? Não seria possível acertar, antes, as contas, num plano global e coerente? "

O documento difundido pelo CDS termina, afirmando:

"O CDS continua à espera que o Governo clarifique a sua política financeira, monetária e económica. O Governo comprometeu-se a que o faria no momento da apresentação do Plano e do Orçamento para 1977. Estes documentos, no entanto, estão longe de corresponder às necessidades. Desde Setembro passado que o CDS vem alertando os portugueses para a grave situação de desgoverno em que se continuava a cair, quando decidiu passar a uma atitude de oposição vigorosa. Os factos estão a demonstrar que quem tinha razão era o CDS."

"O PS já ganhou porque é um Partido coerente"

— *revelou o optimismo de Cardia*

"Quando as autarquias locais não são do povo, o Governo não pode ser a Nação" — afirmou o ministro da Educação, Sottomayor Cardia, ontem à noite, durante uma sessão que o Partido Socialista realizou na Voz do Operário.

O titular da pasta da Educação salientaria que é preciso relançar um plano de economia e "todo aquele que a sabota contribui para a miséria". Mais adiante Cardia afirmaria que estas eleições não são para eleger órgãos do Estado mas sim do povo, frisando ainda que " o PS já ganhou as eleições do próximo domingo, pois demonstrou a sua coerência antes e depois do 25 de Abril".

Marcelo Curto, por seu turno, afirmaria que "a descentralização do poder para que se consolide o poder local" é um dos pontos mais importantes destas eleições, relembrando que o Partido Socialista sempre desejou que as eleições para as autarquias fossem realizadas antes das eleições para a Assembleia Constituinte e da Presidência da República mas que devido a pressões políticas só agora houve oportunidade. O ministro do Trabalho sustentou que o actual Governo, embora tivesse um Orçamento Geral do Estado reduzido, atribuiu grande importância aos órgãos locais e, por isso, distribuiu verbas avultadas por intermédio do Ministério da Administração Interna para as obras públicas. No entanto, "ha que definir prioridades".

A candidata Maria Rosa Gomes da Federação de Lisboa apelou para a luta contra o absentismo e por umas autarquias socialistas.

Serviços de Apoio ao C.R. explicam o Orçamento para 1977

Dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução recebemos o seguinte comunicado:

"1. — Alguns jornais publicaram notícias referentes ao orçamento do CR para o ano de 1977, em termos capazes de induzir o público em erro, comparando tal orçamento com os orçamentos de outros órgãos de soberania.

Com vista a um pormenorizado esclarecimento, informa-se serem as seguintes as verbas orçamentadas pelos serviços executivos do CR incluindo os seus serviços de apoio.

a) — Orçamento dos SACR para 1977, 37 030 880$00.

b)) Orçamento da Comissão de Extinção PIDE/DGS para 1977, 21 128 400$00.

c) — Orçamento da Comissão Constitucional para 1977, 20 000 000$00.

d) — Orçamento da Polícia Judiciária Militar para 1977, 104 307 626$50.

e) — Orçamento dos Serviços Prisionais Militares, 64 608 575$00.

Nota: É de prever reduções a efectuar — ou já efectuadas — pelos competentes órgãos de soberania.

2. — Para um mais completo esclarecimento referem-se entidades e serviços apoiados administrativamente pelos SACR em 1976:

— Comissão de Inquérito ao 11 de Março.

— Comissão de Inquérito ao 25 de Novembro.

— Comissão de Análises de Recursos de Saneamento e Reclassificação.

— Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação.

— Comissão de Análise dos Doc. do COPCON.

— Comissão de averiguações de Violências sobre Presos Sujeitos à Autoridade Militar.

— Comissão de Análise dos Doc. do Inquérito ao 28 de Setembro.

De momento não se dispõem de elementos, que permitam a previsão das entidades e serviços a apoiar em 1977 pelos SACR. Julga-se, no entanto, que das entidades referidas no número anterior, continuarão a ser apoiadas as seguintes:

— Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação.

— Comissão de Análise de Recursos de Saneamento e Reclassificação.

— Comissão de Análise aos Doc. do Inquérito ao 28 de Setembro".

Nota da Redação — O comunicado acima transcrito pretende esclarecer os dados relativos ao orçamento do Conselho da Revolução para 1977 que, conforme oportunamente noticiámos — é superior, nomeadamente, ao orçamento da Assembleia da República.

O DIA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Vítor Cordon, 27, Lisboa. Telefones 364292/363396/363614/363717/363781/364366/364157/364384 (Redacção); 364236 (Publicidade).

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Mirandela & C.ª — Travessa da Condessa do Rio, 9 — Lisboa

TIRAGEM MÉDIA EM NOVEMBRO/76 40 000 EXP